



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO DE PEDAGOGIA**

**JOSEANE GOMES DE SOUSA**

**A IMPORTÂNCIA DA SALA DE RECURSOS PARA INCLUIR O ALUNO  
COMESPECIALIDADES: UM ESTUDO NA ESCOLA MUNICIPAL  
PROFESSOR ANTONIO FARIAS**

**TOCANTINÓPOLIS - TO  
2019**

**JOSEANE GOMES DE SOUSA**

**A IMPORTÂNCIA DA SALA DE RECURSOS PARA INCLUIR O ALUNO  
COMESPECIALIDADES: UM ESTUDO NA ESCOLA MUNICIPAL  
PROFESSOR ANTONIO FARIAS**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis para obtenção do título de Pedagogia, sob orientação do Professor Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo.

**TOCANTINÓPOLIS - TO**

**2019**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- S725i Sousa, Joseane Gomes de .  
A Importância Da Sala De Recursos Para Incluir O Aluno Com  
Especialidades: Um Estudo Na Escola Municipal Professor Antonio Farias. /  
Joseane Gomes de Sousa. – Tocantinópolis, TO, 2019.  
63 f.  
  
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2019.  
Orientador: Nataniel Da Vera Cruz Gonçalves Araújo  
  
1. Educação Especial. 2. Sala de recurso. 3. Ensino . 4. Aprendizagem. I.  
Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**JOSEANE GOMES DE SOUSA**

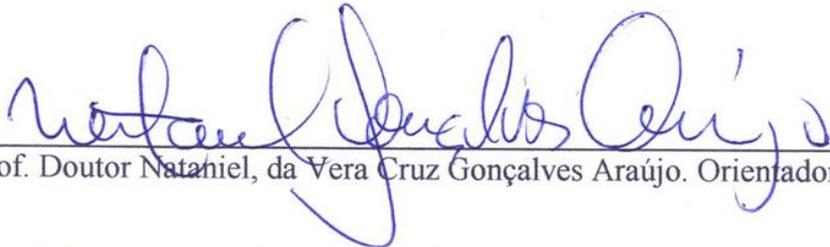
**A IMPORTÂNCIA DA SALA DE RECURSOS PARA INCLUIR O ALUNO COM  
ESPECIALIDADES: UM ESTUDO NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR  
ANTONIO FARIAS**

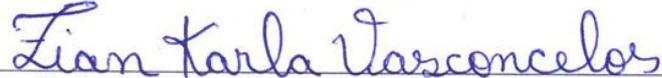
---

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT - Universidade Federal do Tocantins – *Campus* Universitário de Tocantinópolis, Curso de Pedagogia, para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação 16 / 05 / 2019

**Banca Examinadora:**

  
Prof. Doutor Nataniel, da Vera Cruz Gonçalves Araújo. Orientador - UFT

  
Prof.<sup>a</sup>. Mestre Zian Karla Vasconcelos. Examinadora - UFT

“Ninguém nasce feito, é experimentando- no mundo que nós nos fazemos”.

Paulo Freire.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, segundo a minha família de modo geral e específico os meus pais José Pereira de Sousa e Agripina Gomes de Macêdo, meus irmãos Juliane e Cícero, como também ao meu namorado Evandro da Silva, que constantemente esteve ao meu lado dando-me apoio e forças para concluir essa caminhada, para que no final dessa jornada, a trilha se tornasse menor, foi conforme o apoio e carinho de cada um dos acima listados. Apenas gratidão e reconhecimento.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus pela a oportunidade de mais uma vez findar uma das principais e importantes etapas de minha vida.

Aos meus queridos pais José Pereira de Sousa e Agripina Gomes de Macêdo, meus irmãos Juliane e Cícero e sobrinhos e ao meu namorado Evandro da Silva, que também estiveram comigo me apoiando, a cada dia, nos momentos de percurso na universidade, da vida pessoal. Sem vocês de nada adiantaria família meus agradecimentos de modo geral, por cada acolhimento, conquistam companheirismo.

Agradeço também ao professor Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo pelas orientações, que fizeram com que eu concluísse a pesquisa, de forma mais simples, tornando possível a aprendizagem.

Obrigada!

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar a importância da sala de recursos multifuncionais para incluir os alunos com necessidades especiais/deficiência/especialidade em uma escola no município de Tocantinópolis-TO. O tipo de pesquisa adotado é o Estudo de Caso, com abordagem qualitativa, tendo como instrumentos e técnicas de coleta de dados: o levantamento bibliográfico; a aplicação de um questionário para o professor da turma; observação em sala de aula; análises das atividades desenvolvidas (plano de aula) e análise documental. No primeiro momento realizamos pesquisa com base na legislação sobre a Educação Especial, como também em textos que abordavam a temática aqui apresentada. O segundo momento foi realizada a pesquisa de campo, estudo esse realizado na Escola Municipal Professor Antônio Farias que atende crianças na sala de recursos multifuncionais, com diversas especialidades. Sendo assim selecionamos a sala de recursos, para o estudo, e verificar os tipos de especialidades atendidas na mesma, identificar o papel da sala de recursos no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Portanto, os resultados do estudo evidenciam que a sala de recurso tem total importância na vida dos alunos com necessidades especiais, tanto pessoais, social e principalmente intelectuais. Visto que é mediante as atividades realizadas em classe que o seu desenvolvimento e aprendizado é adquirido e aprimorado.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Sala de recurso. Ensino. Aprendizagem.

## ABSTRACT

This Course Conclusion Paper aims to analyze the importance of the multifunctional resource room to include students with special needs / disability / specialty in a school in the municipality of Tocantinópolis -TO. The type of research adopted is the Case Study, with a qualitative approach, having as instruments and techniques of data collection: the bibliographic survey; the application of a questionnaire to the class teacher; classroom observation; analysis of the activities developed (lesson plan) and documentary analysis. At the first moment we carried out research based on the legislation on Special Education, as well as texts that addressed the theme presented here. The second moment we had the field research, a study carried out in the Municipal School Professor Antonio Farias that attends children in the multifunctional resources room, with various specialties. Therefore, we selected the resource room, for the study, and to verify the types of specialties served in it, to identify the role of the resource room in the development of the teaching-learning process of the students. Therefore the results of the study show that the resource room has total importance in the lives of students with special needs both personal, social and mainly intellectual. Since it is through the activities carried out in class that their development and learning is acquired and improved.

**Keywords:** Specialeducation. Boardof Appeal. Teaching. Learning.

**LISTA DAS SIGLAS**

APAE	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
AEE	Atendimento Educacional Especializado
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEB	Câmara de Educação Básica
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CORDE	Coordenadoria Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência
IBC	Instituto Benjamin Constant
INES	Instituto Nacional da Educação dos Surdos
MEC	Ministério da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

<b>Figura 1:</b> Materiais confeccionados pelos professores da escola para a realização das atividades na sala de recursos (Vogais).....	45
<b>Figura 2:</b> Materiais confeccionados pelos professores da escola para a realização das atividades na sala de recurso (Letras de A até o J) .....	46
<b>Figura 3:</b> Materiais confeccionados pelos professores da escola para a realização das atividades na sala de recurso (Todas as atividades) .....	46
<b>Figura 4:</b> Materiais confeccionados pelos professores da escola para a realização das atividades na sala de recurso (Numerais, e LIBRAS) .....	47
<b>Quadro1:</b> Sala de Recursos, Anos iniciais do Ensino Fundamental.....	41

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL</b>	<b>18</b>
<b>2.1 A História da Educação Especial no Brasil</b>	<b>26</b>
<b>3 ALGUNS ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (LEGISLAÇÃO).</b>	<b>29</b>
<b>3.1 Legislação Nacional</b>	<b>29</b>
<b>3.2 Legislação Internacional</b>	<b>34</b>
<b>3.3 Legislações Sobre AEE.</b>	<b>35</b>
<b>4 ESTUDOS DE CASOS ESCOLA NA MUNICIPAL PROFESSOR ANTONIO FARIAS</b>	<b>38</b>
<b>4.1 Aspectos Metodológicos</b>	<b>38</b>
<b>4.2 Locus da pesquisa.</b>	<b>39</b>
4.2.1 Sujeitos envolvidos na pesquisa	40
4.2.2 Perfil e caracterização do professo.	41
4.2.3 Dados/Laudos dos alunos atendidos na sala de recurso.	41
<b>4.3 Análises dos Dados da Pesquisa.</b>	<b>42</b>
<b>4.4 Análises das Atividades Realizadas na Sala de Recursos Multifuncionais</b>	<b>45</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>57</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>60</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a importância da sala de recursos multifuncionais (AEE), para incluir os alunos com necessidades educacionais especiais na Escola Municipais professor Antônio Farias, na cidade de Tocantinópolis-TO, escola essa pública, que atende crianças dos Anos iniciais do Ensino Fundamental.

Sabe-se que a inclusão a criança com necessidades especiais vem se destacando há alguns anos, como um direito, em uma educação igualitária, conforme Ropoli, Mantoan, Santos e Machado (2010)

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente. Participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças (ROPOLI, MANTOAN, SANTOS E MACHADO, 2010, p. 8)

E com o decorrer dos anos a busca por melhoria plena nesse segmento educacional vem tomando conta do espaço, as conquistas e lutas têm sido concretizadas em alguns aspectos, no Brasil e no mundo.

Como destaca Rogalski (2010) que a Educação Inclusiva,

[...] ganhou força a partir da Declaração de Salamanca (1994), e no Brasil a partir da aprovação da Constituição em 1988 e da LDB em 1996, no qual as transformações tem se processado nos âmbitos do financiamento, do currículo, da gestão, da avaliação, da organização pedagógica, dos materiais didáticos, da presença dos instrumentos de comunicação na escola. (ROGALSKI, 2010, p. 12).

Portanto, as lutas diárias se fazem presente a todo o momento, para classificação de uma educação justa, e satisfatória. Sendo assim, segundo Ropoli, Mantoan, Santos e Machado (2010, p. 9) “A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas”. Com isso reconhece a importância de uma sala de recurso, ou seja, multifuncional para melhor atender os alunos, em ambos os períodos, onde os mesmos desenvolvam suas habilidades em específico, fomentando seus conhecimentos da sala de aula comum.

O reconhecimento da Educação especial como direito, foi dado conforme a LDB (1996), em que estabelece, em seu Art. 2º, que “A Educação, é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Portanto, já especificado em lei a importância da educação na vida cotidiana e escolar de cada criança, e ainda é classificado com fluidez a Educação Especial na Lei de

Diretrizes e bases da Educação Nacional que em seu Art. 4º, inciso III, estabelece que “É dever do Estado garantir atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.” (BRASIL, 1996, p.1).

Isso mostra a intensificação das leis que regem esse segmento educacional. No qual cabem a todos os municípios recorrer a essas legislações, e garantir a educação para crianças com necessidades especiais, constituindo desde a Educação Infantil até a vida adulta. Esse é seu direito, de escolarização, para que essas crianças garantam seu espaço de desenvolvimento pleno, como qualquer criança.

É evidente a importância da inclusão, e dentre as leis que garantem esse direito, pode-se citar, também, o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990; a Lei Federal Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, lei essa que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social. Assim, segundo Rogalski (2010) ainda o governo federal desenvolveu outras medidas, criando a Coordenadoria Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), instituída através do Decreto Nº 93.481, de 29/10/1986, órgão federal responsável pela política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência. Hoje a CORDE faz parte da Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério Público da Justiça. Existe uma lei que estabelece essa mudança para secretaria nacional de direitos humanos. Dessa forma hoje a antiga CORDE, por meio do Decreto nº 9.122 de 09 de agosto de 2017 faz parte do Ministério dos Direitos Humanos, com o status de Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Vale ressaltar que a Educação Especial surgiu com objetivos e conceitos, dentre eles, segundo a LDB (1996) em seu Art. 58,

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (BRASIL, 1996, p.19).

Desse modo, pode-se considerar que a Educação Especial surgiu no intuito de atender as necessidades de cada aluno, especificando-o para seu melhor desenvolvimento e aprendizagem. Assim, o cumprimento deste direito de educação não é um dever apenas do Estado, mas da família e da escola no todo, para que complementem a totalidade do processo pessoal, educacional e até mesmo profissional dessas crianças.

Muitas pesquisas, estudos e casos têm destacado a importância de salas de recursos para o atendimento de crianças com necessidades especiais/deficientes/ altas habilidades como destacam Gomes, Poulin e Figueiredo (2010) quando especificam a importância da ação de

professores em salas de recursos multifuncionais no qual essa deve centrar-se na atenção aos aspectos que podem potencializar o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno com deficiência, objetivando também eliminar as barreiras que dificultam a aprendizagem do mesmo.

Por esse motivo, nos questionamos será que a Educação Especial em nosso município vem sendo ofertada, com objetivo de incluir os alunos para o desenvolvimento de sua aprendizagem, conforme suas especialidades? A sala de recursos multifuncionais tem alguma importância na vida dessas crianças? Desse modo esse processo requer uma investigação mais atenta no campo prático, como também nos estudos e pesquisa teórica sobre o tema.

Nesse sentido, essa pesquisa busca analisar a importância da sala de recursos para incluir os alunos com necessidades especiais em uma escola no município de Tocantinópolis-TO, escola essa pública, que atende crianças dos Anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para realização da pesquisa utilizou-se como tipo de pesquisa o estudo de caso, com abordagem qualitativa, e as seguintes técnicas e instrumentos de coleta de dados: Bibliográfico, observação da sala de aula, aplicação de questionário com o professor da sala de recursos multifuncionais e análise documental. Para Marconi e Lakatos (2003, p.43) “A pesquisa bibliográfica compreende oito fases distintas: a) escolha do tema; b) elaboração do plano de trabalho; c) identificação; d) localização; e) compilação; f) fichamento; g) análise e interpretação; h) redação”.

Marconi e Lakatos (2003) caracterizam também pesquisa de campo, como:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los. [...] As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá, como primeiro passo, para se saber em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. Como segundo passo, permitirá que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxiliará na determinação das variáveis e elaboração do plano geral da pesquisa. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.185).

No primeiro momento realizou-se leituras e estudos sobre a temática abordada, como também legislação sobre a Educação Especial. O segundo passo foi a pesquisa de campo realizada em uma escola municipal e pública de Tocantinópolis-Tocantins, a mesma é denominada de Escola Municipal Professor Antônio Farias. Assim, foi selecionada a sala de recursos multifuncionais como objeto de pesquisa.

Dentro dessa sala, foi realizado o levantamento dos alunos que são atendidos, e quais as

especialidades de cada um segundo o laudo específico, dados esses apresentados pela secretaria da escola. Conforme esses dados, seguir-se com a aplicação de questionário com o professor da sala de recursos, e em sequência foi analisado o planejamento das aulas para esse segmento. A partir daí passou-se a averiguar a importância da sala de recursos para o desenvolvimento da aprendizagem de alunos atendido na respectiva sala.

A hipótese levantada é a de que as crianças atendidas na sala de recursos desenvolvem sua aprendizagem com mais facilidade, aprimorando suas habilidades com mais fluidez.

O interesse em pesquisar o tema, surgiu mediante estudo na Disciplina de Educação Especial, no curso de Pedagogia, no contato com textos que tratavam sobre a inclusão/Integração que para alguns autores, são coisas bem diferentes. Como destaca Ferreira e Guimarães (2003, p. 111) “A integração, dessa forma, implica aceitar que indivíduos com as mais variadas deficiências aprendam através de estratégias similares, utilizando-se dos mesmos materiais pedagógicos [...]”. Ainda segundo Ferreira e Guimarães (2003, p. 117) “A inclusão é uma força cultural para a renovação da escola, mas, para ter sucesso, as escolas devem tornar-se comunidades conscientes. Sem esse sentido de comunidade, os esforços para alcançar resultados expressivos são inoperantes”. E com isso foi apresentada a intenção e curiosidade em estudar essa temática, sobre a Educação Especial, sobretudo em nosso município, no qual as escolas atendem diversas crianças, com várias especialidades, e que muitas vezes são descobertas apenas nas escolas no contato direto com a relação: interação, educação, socialização, dentre outros fatores.

O tema se faz relevante para se pensar a função da Educação Especial no nosso município, como também identificar como é realizado o diagnóstico dos alunos com necessidades especiais, e analisar a inclusão na escola, e os efeitos dessa inclusão no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

Também evidencia a importância desse tema à atualidade e a realidade de muitas crianças, e até mesmo conduz ao desvelamento das dificuldades dos pais e professores em propor esses momentos educacionais de inclusão. Diante disso, por meio da presente investigação podem-se verificar esses contratempos e articulações presente no nosso dia-a-dia.

Por conseguinte, o trabalho segue estruturado com introdução, acrescido de três capítulos. A introdução delinea o norteamento da pesquisa, onde apresentamos o objetivo, a hipóteses, o problema, e metodologia do estudo. Em sequência temos o primeiro capítulo sintetizando a história da Educação Especial, no Brasil e no mundo, como tudo surgiu, até os dias atuais de conquistas e lutas, por uma igualdade educacional, sem diferenças. No segundo capítulo são abordados os conceitos da Educação Especial, em diversos olhares, e perspectivas,

como também é destacada a legislação sobre a mesma.

No terceiro e último capítulo sintetiza as análises da pesquisa de campo, com relação aos teóricos apresentados no decorrer do estudo, apresentando a importância da sala de recursos para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com especialidades, caracterizando os sujeitos da pesquisa, como os alunos e professor. E para concluir as considerações finais substanciando a importância da sala de recursos para o desenvolvimento da aprendizagem de alunos com necessidades especiais, na referida escola, na cidade de Tocantinópolis-To.

## 2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Pode-se destacar que o histórico da educação especial pode ser subdividido basicamente em três fases, quais sejam: exclusão, integração e inclusão. Mas destaca-se também que há outras formas ou subdivisões, as quais variam de acordo com o pensamento dos seus defensores.

Para alcançar o objetivo em fazermos um breve relato sobre o histórico da educação especial, convém que façamos uma subdivisão de acordo com alguns autores tais como Ferreira e Guimarães (2003), Ribeiro (2003), Prieto (2006).

### **Exclusão**

Sobre a primeira fase histórica, chamada de exclusão, de acordo com Aranha (2005), a “[...] organização sociopolítica se fundamentava no poder absoluto de uma minoria, associada à absoluta exclusão dos demais das instâncias decisórias e administrativas da vida em sociedade.” (ARANHA, 2005, p.6). Portanto, essa exclusão já era promovida pela dominante, onde quase tudo era definido e abordado apenas por essa classe, e os demais eram inferiorizados.

Ainda segundo Aranha (2005), as pessoas eram classificadas em dois grupos sociais sendo estes, “[...] o da nobreza - senhores que detinham o poder social, político e econômico, e o populacho - considerados sub-humanos, dependentes economicamente e propriedade dos nobres” (ARANHA, 2005, p. 7). Esse segundo grupo era o da exclusão, mediante sua classe, e era dependente dos nobres economicamente. Ainda de acordo Aranha (2005) em relação as pessoas diferentes, que eram excluídas, visto que os demais (populacho) eram que produziam para os nobres, só tinham valor mediante seu trabalho, viviam em função da nobreza. A autora aborda que “[...] a pessoa diferente, com limitações funcionais e necessidades diferenciadas, era praticamente exterminada por meio do abandono, o que não representava um problema de natureza ética ou moral” (ARANHA, 2005, p.7).

A esse respeito Ribeiro (2003), aborda sobre a história do atendimento a pessoas excepcionais na antiguidade, afirmando que esse assunto

Conta com pequena e esparsa documentação disponível. Sabe-se que era predominante a filosofia de eugenia, e as pessoas excepcionais, consideradas degeneração da raça humana, deveriam ser “expostas” ou eliminadas pelo grande transtorno que representavam para a sociedade. (RIBEIRO, 2003, p.42).

A exclusão, portanto, era visível nesse período onde pessoas deficientes eram tratadas como se não fossem humanas, como se fossem um problema à população esse tratamento, as pessoas com deficiência de certa forma as mesmas sofriam muito mediante esses atos de exclusão, ao serem eliminadas de qualquer convivência, meio e atividade.

A cada período histórico como na Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna ou grande parte da Idade Contemporânea, existe uma história traçada na diferença e exclusão de pessoas com necessidades especiais, como também de lutas por uma visão acolhedora que fosse voltada a esses indivíduos deficientes.

## **Integração**

Ao abordar sobre o segundo período denominado de integração, convém que se façam alguns destaques. O primeiro deles diz respeito à necessidade de termos clareza sobre quais as diferenças entre integração e inclusão. Sobre isso, Ferreira e Guimarães (2003) afirmam que “A indiferenciação entre os significados específicos dos processos de integração e inclusão escolar reforça ainda mais a vigência do paradigma tradicional de serviços, conservado por muitos que paradoxalmente defendem a integração”. (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003, p.108). De fato, para alguns autores ou práticas pedagógicas pode não haver diferença, mas, para outros autores há uma diferença, que pode ser sutil, mais que é muito significativa com desdobramentos sérios tanto do ponto de vista conceitual quanto ponto de vista pedagógico ou práticas nas salas de aulas.

No segundo destaque, traz a definição do que é a integração. Ainda de acordo com as autoras Ferreira e Guimarães (2003).

A prática de integração, principalmente nos anos 1960 e 1970, baseou-se no “modelo médico da deficiência”, segundo o qual era preciso modificar, (habilitar, reabilitar, educar) a pessoa com deficiência, a fim de torná-la apta a satisfazer os padrões aceitos no meio social”. (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003, p. 109).

Desse modo ressalta-se que uma das características mais forte da definição de integração que a mesma busca modificar o aluno, ou seja: e o aluno deficiente que tem a obrigação e dever de si adaptar à escola e sistema educacional. O mesmo fica sobrecarregado com a responsabilidade de si adaptar a escola o que diminui a possibilidade do sucesso escolar.

“O conceito de integração escolar já vem sendo, deste de algum tempo, julgado como ultrapassado por muitos autores. A proposta, mas “moderna”, em países ditos do Brasil, e a da escola inclusiva [...]. (FERREIRA e GUIMARÃES, 2003, p.107,108).

De acordo com Sasaki (2002), no início da década de 70, o movimento de integração

social passou a ser discutido com mais ênfase, quando então se intentava a inserção do deficiente na sociedade de uma forma geral.

Na opinião de Dechichiet al. (2009), também falam que por volta da década de 70, já no final do século XX, identifica-se o movimento integracionista dos indivíduos com deficiência cuja meta era integrá-los em ambiente escolares junto aos demais alunos. Os movimentos de integração surgiram também em decorrência da necessidade de integrar pessoas com deficiência em consequência das guerras mundiais, da expansão dos direitos humanos e do avanço científico.

Segundo Beyer (2002), “O paradigma da integração traz um acento totalmente novo à educação especial e, evidentemente, provoca um abalo no paradigma clínico e segregacionista da educação especial.” (BEYER, 2002, p. 163). Portanto, fica evidenciado que a integração foi criada a muito tempo com alguns propósitos, sendo que um dos principais é a inserção na sociedade do indivíduo portador de deficiência de qualquer forma seja ela escolar, no trabalho ou na família.

Para Carvalho *apud* Rogalski (2010. p,8), “[...]a formulação e a implementação de políticas voltadas para a integração de pessoas portadoras de deficiência tem sido inspiradas por uma série de documentos como declarações, recomendações e normas jurídicas internacionais e nacionais envolvidas com a temática da deficiência”. Sabemos que todo esse contexto de integração é aprimorado e discutido com base em documentos e leis para que assim sejam efetuadas e respeitadas.

Segundo Rogalski (2010) ainda nesse contexto de integrar a pessoa com deficiência exemplifica que:

A construção de uma sociedade integradora, por sua vez, somente será possível se a integração se efetivar em todos os âmbitos da vida social. Isto quer dizer que a sociedade será integradora na medida em que a educação, a economia, a cultura e a saúde integrem as classes, camadas e grupos excluídos. (ROGALSKI, 2010, p. 10).

Sendo assim, para integrar é necessário não só excluir nenhuma pessoa com deficiência em nenhum contexto social. Pois é mediante essa efetivação em conjunto que se tem uma sociedade que caminha junto a uma integração, e deixar assim, de excluir os mesmo dos seus próprios direitos, que é viver em uma sociedade igualitária, sem distinção de cor, raça ou especialidade.

Para Sanches e Teodoro (2006).

A integração escolar retirou as crianças e os jovens em situação de deficiência das instituições de ensino especial, em defesa da sua normalização, o que lhes permitiu o

usufruto de um novo espaço e novos parceiros de convívio, de socialização e de aprendizagem (a escola regular). (SANCHES E TEODORO, 2006, p. 66).

Convém que se destaque que alguns autores apresentam os conceitos de integração e inclusão como termos que não têm diferença em seu significado, mas existem também outros autores que trata como termos diferentes.

Este trabalho entende que integração e inclusão são termos diferentes. Uma diferença clássica é que na integração, aluno especial tem direito de frequentar a escola comum, no entanto, a pessoa com deficiência tem que se adaptar à escola.

Alguns autores confirmam esse pensamento, dentre os quais podemos citar Ferreira e Guimarães (2003). Na visão dessas autoras a integração pressupõe a “[...]utilização máxima dos aspectos mais favoráveis do meio para o desenvolvimento total da personalidade do aluno”. FERREIRA E GUIMARÃES (2003, p.111) É por meio desse seu desenvolvimento que o aluno vai se adaptando, através das novas descobertas em sala de aula, integrando-se ou não à escola.

Ainda nessa perspectiva, Aranha *apud* Mantoan e Pietro (2006, p. 37,38), destaca que: “A integração escolar tinha como objetivo ajudar pessoas com deficiência a obter uma existência tão próxima ao normal possível, a elas disponibilizando padrões e condições de vida cotidiana próxima às normas e padrões da sociedade”.

Mostra que a integração era para contribuir com a nova realidade do indivíduo diante da sua deficiência. Considerando que o mesmo deve adaptar-se as condições de vida que é oferecida em seu meio, seja ela escolar familiar ou social. Portanto essas aproximações terão contribuições significativas, na sua convivência com normas e condições limitadas que às vezes a sociedade apresenta.

Como destacam as autoras Mantoan e Pietro (2006)

Assim, no que se refere à escolarização de pessoas com deficiência, uma das alternativas indicadas é a classe comum, cuja matrícula nesse modelo está condicionada ao tipo de limitação que o aluno apresenta, ficando mais distante desse espaço escolar quem menos se ajusta às suas normas disciplinares ou de organização administrativa e pedagógica. Esses são dois dos critérios questionados pela proposta de inclusão escolar: o acesso condicional de alguns alunos à classe comum e a manutenção das escolas no seu atual molde de funcionamento, na expectativa de que os alunos a ela se adaptem (MANTOAN e PIETRO, 2006, p.39).

A citação acima reafirma que a integração tem como uma das suas principais características colocar a responsabilidade da adaptação para o aluno com deficiência, cabendo ao mesmo se integrar ao cotidiano da escola e buscar a obtenção de sucesso a partir da sua capacidade de se desenvolver ou de se adequar aos desafios apresentados a classe toda.

Outro destaque feito pelas autoras acima está relacionado tanto ao condicionamento do acesso do aluno a sua capacidade de se adaptar quanto ao imobilismo da escola diante dos alunos com deficiência.

Ainda pode-se citar Ferreira e Guimarães (2003, p.113), as quais afirmam que “Ao inserir crianças com deficiência no ensino regular, evidencia-se duas opções: uma é a *mainstreaming* e a outra é a “inclusão”. Nesse contexto, a palavra *mainstreaming*

“[...] significa levar os alunos o mais possível para os serviços educacionais disponíveis na corrente principal comunidade, seja em classe regulares, durante o almoço, em matérias específicas (como música, arte, educação física), seja em atividades extracurricular. Corresponde ao que hoje se considera integração de crianças e jovens que conseguem acompanhar aulas comuns, sem que a escola tenha uma atitude inclusiva [...]” (FERREIRA E GUIMARÃES, 2003, p.113,114).

Essas autoras também compartilham o pensamento de que na integração é o aluno que deve se adequar ao ambiente escolar, em todas as atividades propostas pelas escolas sejam elas comuns ou diversificadas. É na junção dessas atividades extracurriculares que o desenvolvimento e aprendizagem desses alunos estarão integrando-se, mesmo com as diferenças. Os mesmos estarão buscando um único objetivo diante dos demais alunos nos vários espaços na escola e na comunidade de forma geral.

Ainda seguindo essa linha de pensamento Silva (2008, p. 188) também fala que “Contrapondo-se ao termo ‘integração’, considera a ‘inclusão ‘um conceito menos limitador, pois abarcaria de fato o atendimento dos portadores de necessidades educacionais especiais”. Tratar da educação especial já é algo muito amplo e, portanto, não seria diferente ao que diz acima sobre os termos, a respeito da inclusão conceituando como algo que não é limitador.

## **Inclusão**

A discussão sobre a história da educação inclusiva é importante e possibilita reflexões nas escolas, nas universidades e em todo contexto social, desde seu primeiro momento de contextualização até os dias atuais, como exemplifica Rogalski (2010, p.2) ao afirmar que é “[...] importante perceber que as escolas especiais são as principais responsáveis pelos avanços da inclusão, longe de serem responsáveis pela negação do direito das pessoas com necessidades educacionais especiais, e terem acesso à educação”.

Portanto, fica evidente que a educação inclusiva é marcada de lutas e conquista de todos e não apenas desses alunos que são atendidos pela educação especial, sobretudo, digamos que as maiores lutas direcionam-se para aspectos de igualdade, inclusão e direitos para que as leis façam valer em todos os espaços, seja na rua, escola, em casa, no trabalho. Neste sentido, e

correto afirmar que a efetivação destas lutas e das conquistas e direitos advindos das mesmas são obrigatórias e necessárias para que si tenha uma educação realmente inclusiva.

Abordar sobre a inclusão ainda é frequente como destaca Mantoan (2003, p.14) “afirma que a inclusão advoga a inserção totalitária, completa e sistemática de todos os alunos nas salas de aula do ensino regular”. Incluir ainda é uma tarefa difícil mediante os históricos e estudos, na qual nossa sociedade ainda precisa se fortalecer conforme esse fazer, os alunos precisam dessa inclusão para seu desenvolvimento escolar, ou em sociedade.

Segundo Ferreira e Guimarães (2003), especificam o princípio da palavra inclusão

É importante partir do princípio de que a inclusão de TODOS, na escola, independentemente do seu talento ou de sua deficiência, reverte-se em benefícios para os alunos, para os professores e para a sociedade em geral. O contato das crianças entre si reforça atitudes positivas, ajudando-as crescer, convivendo com as diferenças e as semelhanças individuais entre seus pares. TODAS, as crianças sem distinção, podem beneficiar-se das experiências obtidas no ambiente educacional. (FERREIRA e GUIMARÃES, 2003, p.117).

A inclusão mediante as autoras tem um significado amplo, na qual engloba não apenas a diferença, mas a igualdade é a força maior entre esse aspecto de inclusão, considerando que é através da ligação, ou seja, participação dessas duas características que ambos irão se descobrir e aprender mediante aceitações e aprimoramentos em grupo, assim se faz a aprendizagem significativa, onde todos aprendem com as suas diferenças e semelhanças entre si. Ainda nesse mesmo pensamento Pietro e Mantoan (2006, p.40) destacam que “Com vista a se contrapor ao referido modelo, o objetivo na inclusão escolar é tornar reconhecida e valorizada a diversidade como condição humana favorecedora da aprendizagem”. Como frisam acima esse modelo de educação inclusiva é muito reconhecida, na qual traçam um objetivo evidente, sendo este de favorecer a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

Acrescentando ainda que “[...] Nesse caso, as limitações dos sujeitos devem ser consideradas apenas como uma informação sobre eles que, assim, não pode ser desprezada na elaboração dos planejamentos de ensino” [...] (PIETRO e MANTOAN, 2006, p.40). As limitações de cada aluno devem ser vistas apenas como apoio para seu diagnóstico, como uma informação para assim facilitar o seu desenvolvimento educacional na sala de aula regular, conforme isso o planejamento deva ser realizado mediante suas dificuldades e necessidades especiais.

Em relação às limitações, a inclusão de alunos com deficiências na escola ainda impõe mudanças e principalmente em relação à didática, ao recebimento desses alunos, como frisa Ferreira e Guimarães (2003)

A inclusão impõe uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aqueles que apresentam deficiência, mas se estende a qualquer aluno que manifeste

dificuldades na escola, ainda que contribuindo para o crescimento e desenvolvimento de todos professores, alunos e pessoal administrativo. O movimento da inclusão de crianças com deficiências no ensino regular tem sido impulsionado após a reforma geral da educação, visando à reestruturação da escola para todos os alunos. (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003, p.116).

A inclusão deve reorganizar mediante seu atendimento, pois como citado acima, a inclusão não se refere apenas a alunos com deficiência, mas também alunos com dificuldades de aprendizagem, e os mesmos devem ser recebidos e acolhidos incluindo-o no processo educacional, então é diante desse aspecto que destacamos a importância de que a escola deva atender amplamente a todos os educandos, indiferente ou não de suas diferenças, os princípios e finalidades devem ser os mesmos para a aprendizagem e o desenvolvimento pleno dos alunos.

E com vistas à efetivação deste esforço, pode-se citar o documento “Marcos Político-Legais da Educação Especial”, no qual é possível verificar que historicamente a escola tem outro conceito, sendo este caracterizado “[...] pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social”.(MEC/ SECADI,s/d, p. 1).

Para complementar essas afirmações conceituais podemos abordar a perspectiva feita por Ainscow (2009) na qual aborda que Educação Especial ao longo do seu desenvolvimento foi envolvida por uma série de estágios nos quais os estabelecimentos de ensino encaravam de formas distintas o atendimento ao portador de deficiência ou as crianças com dificuldades de aprendizagem. E sendo assim, ela era concebida como complemento a educação regular e em outras de forma segregada, dando sentido a situação histórica da realidade educacional dos alunos identificados como especiais.

E de acordo ainda com Rogalski (2010, p.3) podemos caracterizar a educação especial, desde muito tempo, como sendo o regimento educacional para

[...] pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado o alunado da educação especial. (ROGALSKI, 2010, p.3).

Como já foi mencionado é importante esse nível mediante o número de especialidades que especifica essa realidade, não só em tempos atuais, mas há vários anos. De acordo com Campos e Martins (2008, p.223) a educação de pessoas especiais, ou seja, crianças e jovens com deficiência vêm sofrendo alterações em seus conceitos e paradigmas e acrescentam que:

No decorrer da existência humana, a perspectiva social em relação aos portadores de deficiências, nem sempre foi a mesma, sofrendo alterações paralelamente à evolução das necessidades do ser humano e à própria organização das sociedades. (CAMPOS; MARTINS, 2008, p.223).

Conforme as mudanças ocorridas no contexto histórico da Educação Especial fazem-se necessário mencionar a afirmação de Batalha (2009, p.3) quando abrange que os paradigmas são diversos em todo contexto histórico e social, considera, pois que o indivíduo portador de deficiência possui o direito a convivência social com os demais. No entanto, essa mesma criança ou jovem, necessita de suporte e ajuda para que a modificação aconteça, se ajuste, pareça e se comporte como os demais membros da sociedade. Em síntese, a pessoa com deficiência deve ser preparada para o convívio na sociedade.

Miranda (2003, p.2) “caracteriza que a integração nada mais é que o fato de que a criança deva ser educada até o limite da sua capacidade de aprender”. São diversas as variantes de realidades que encontramos em salas de aulas, de crianças com especialidades iguais e capacidades e desenvolvimentos diferentes um dos outros, portanto, podemos dizer que não é necessário trabalhar em cima deste conceito, de que a criança especial, deve ser ensinada só através da sua capacidade, rever esses aspectos é importante para classificação e mudança de uma educação inclusiva, visto que as realidades são diferentes, e o aluno deve ser incluído em várias atividades de diferentes níveis para que possam crescer mediante as dificuldades, e aprendizagem, como todos outros aprendem e são ensinados, com base na dedicação, autonomia, e disso as crianças especiais dominam, quando são preparadas para tais finalidades e aguçadas, deve-se acreditar cada vez mais nesse público.

Diante dessa visão de integração, Batalha (2009, p3) desenvolve outra explicação de que essa Educação inclusiva se assume como respeitadora da capacidade de evolução de todos os alunos acreditando que todos têm possibilidade para o desenvolvimento, desde que a escola se constitua num espaço de interações comunicativas e de respeito à diversidade humana.

São diversas variantes conceituais e transformações nos paradigmas relacionados a pessoas com alguma deficiência, com isso no decorrer dos séculos, como no final da década de 80 e adentrando a de 90, ocorreu uma diversificação na ideia de inclusão escolar que, de acordo com a visão de Cornélio e Silva (2009, p. 2) “a mesma pressupõe uma escola em que a política seja para incluir diretamente, ou seja, participativa dessa cultura em que todos os membros da comunidade escolar são colaboradores entre si, e apoiam-se mutuamente e aprendem uns com os outros a partir da reflexão sobre as práticas docentes”. É com essa preocupação que a educação se torna significativa, conforme a junção e colaboração de cada um, para o fazer um processo educativo de inclusão.

Desse modo pode-se findar constando segundo Rogalski (2010, p.6) que toda literatura voltada ao tema, notabiliza que de forma geral, “a prática de integração teve maior impulso a partir da década de 80, com o surgimento da luta pelos direitos das pessoas portadoras de

deficiência”, complementando ainda que foi diante dos “movimentos internacionais que surgiram à educação inclusiva”, mesmo sem ter os estudos, visões que hoje envolvem essa temática, foi, “portanto fortalecida em vários lugares do mundo como Europa, Estados Unidos, e a boa parte inglesa do Canadá”.

## **2.1 A História da Educação Especial no Brasil**

Analisar e destacar o contexto histórico da Educação Especial é mais que importante uma vez que a cada escola brasileira, em diversas salas de aulas, o número de alunos com necessidades especiais é significativo, portanto, todo esse marco histórico caracterizado até aqui, nada mais é que a evidência do direito por uma educação que venha atender os diversos alunos, em que haja respeito a diferença. Essa história cresce a cada dia com base na quantidade de necessidades e especialidades que são encontradas em alunos nas escolas. Com essa referência, Rogalski (2010), assim justifica

É importante que se saliente que as escolas e classes especiais passaram a ter um elevado número de alunos com “problemas” e que não necessitavam estar ali. Assim, verificou-se que a organização da educação especial e de classes especiais se deu em consequência da Lei 5.692/71, com a criação do centro Nacional de Educação Especial (CENESP) e, posteriormente, a estruturação da Secretaria de Estado de Educação e do serviço de Educação de Excepcionais, passa a denominar-se Departamento de Ensino Especial. (ROGALSKI, 2010, p.5).

Esses números de alunos perante a sala especial/ de recurso/ multifuncional são decorrente das diversas necessidades especiais que estão sendo encontradas nas salas de aulas, desde uma deficiência física, até um transtorno do desenvolvimento, ou seja, alunos que desenvolvem muitas dificuldades de aprendizagem, e através de laudos de psicólogos são diagnosticados e são direcionados a sala especial, para seu desenvolvimento integral. Como acrescenta Rogalski (2010)

A educação no Brasil até a década de 50 não era muito falada, e foi a partir de 1970, que a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais. (ROGALSKI, 2010, p. 2).

Conforme menciona também o Ministério da Educação (MEC), (BRASIL, 2007) “o atendimento as Crianças, jovens com deficiência teve seu marco inicial na época do Império em que foram criadas duas instituições: o Instituto dos Meninos Cegos em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Instituto dos Surdos Mudos em 1857, hoje Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES)”. Para complementar esse estudo Dota e Alves (2007) especificam que as primeiras instituições de Educação Especial eram asilos e manicômios que

isolavam os deficientes do convívio social sem oferecer um atendimento que suprisse suas reais necessidades, e sendo assim podemos perceber que essa realidade vem havendo mudança, a grandiosamente no dia a dia, com a realização de várias outras instituições que os objetivos das mesmas em atender essa clientela, vêm mudando também conforme a luta diária, de pais, responsáveis e pesquisadores da Educação Especial.

A educação Especial no Brasil mediante o século XX foi tomando iniciativa como Jannuzzi (2004) a flora que foi

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando a peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação geralmente particular a partir de 1950, principalmente, tudo isso no conjunto da educação geral na fase de incremento da industrialização do BR, comumente intitulada de substituição de importações, os espaços possíveis deixados pelas modificações capitalistas mundiais. (JANNUZZI, 2004, p.34).

Contudo foi se tomando conta da necessidade de escolas especiais, de políticas que fomentassem essas crianças portadoras de necessidades educacionais especiais. Conforme Rogalski (2010, p.4) foi em “1954, que surgiu o movimento das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais denominado/ classificado com as siglas (APAE), e aumenta o número de escolas especiais”. A mesma finaliza constituindo que a “APAE é concebida tendo como parâmetro a organização da National Association for Retarded Children dos Estados Unidos da América, que consistia em uma associação de assistência às crianças excepcionais”. A autora acrescenta, “em 1961, foi publicada a lei nº 4.024”. E que essa mesma

[...] lei, não houve alteração na estrutura do ensino já que permaneceu a mesma reforma Capanema (1942), mas com a vantagem de ter sido quebrada a rigidez, permitindo a equivalência dos recursos e, portanto, a flexibilidade na passagem de um para outro. (ROGALSKI, 2010, p.5).

Complementa a respeito dessa lei nº 4.024, Kassar (1999) no qual foi diante dela que começaram explicitar o “interesse pelo deficiente, visto que na sociedade como um todo, fala-se em ingresso à escola de parte da população economicamente menos favorecida à escolarização”, a partir desse momento, notamos a preocupação dos poderes públicos com os problemas de aprendizagem e com a educação especial propriamente”. (KASSAR, apud ROGALSKI, 2010, p.5). No entanto a educação de pessoas com especialidades só foi reconhecida, diante das leis, das carências educacionais desses indivíduos.

A educação inclusiva, no qual caminha juntamente com a tão falada Educação Especial, em que como destacado em todo contexto histórico em que a mesma surgiu nos Estados Unidos, quando a lei pública 94.142, de 1975, resultado dos movimentos sociais de pais e alunos com

deficiência, que reivindicavam o acesso de seus filhos com necessidades educacionais especiais às escolas de qualidades, assim salienta Stainbak e Stainbak (1999, p. 36).

Sabe-se que Educação é um direito de todos, seja qual for o indivíduo a educação tem que fazer parte da vida do mesmo, portanto Rogalski (2010, p.8) evidenciam esses direitos apresentando-nos com base em dois marcos importantes legislativo que é “estabelecido na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, que é dever do Estado e da família promover-la”, a educação, integrando ainda a finalidade da educação, exemplificada segundo a autora, pois é o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (ROGALSKI, 2010, p. 8). Portanto, diante de todo contexto educacional, social, esse direito vem sendo conquistado dignamente como tem que ser?

Além dessas leis acima citadas, é preciso destacar o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990; a Lei Federal Nº 7.855, de 24 de outubro de 1989. Esta lei é relevante. Entre outras medidas, criou a Coordenadoria Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), órgão responsável pela política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência. Hoje a CORDE faz parte da Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério Público da Justiça. A mesma lei 7.855/89, atribui competência também ao Ministério Público para fiscalizar instituições e apurar possíveis irregularidades através do inquérito civil e competente Ação Civil Pública, se for o caso. (ROGALSKI, 2010, p.8).

A idealização das leis é bastante prazerosa, mas a efetivação é pouco sofrível, lenta e requer mais autenticidades, de autoridades, escolas, familiares e dentre outras para que venham acontecer decisivamente.

Como já mencionada a LDB (1996), ainda segundo Goffredo (1999, p.28) especifica sobre a “Lei de Diretrizes e bases da Educação, na qual a mesma apresenta características básicas de flexibilidade, além de algumas inovações que em muito favorecem o aluno portador de necessidades educacionais especiais”. Configurando ainda que é pela primeira vez que surge em uma LDB um capítulo, destinado a Educação Especial sendo este o cap. V.

Assim, finalizada esses estudos, pesquisas, caracterizando com a síntese de Rogalski (2010, p.3) quando a mesma finda dizendo que a Educação Inclusiva ganhou força a partir da Declaração de Salamanca (1994), e no Brasil foi a partir da aprovação da Constituição em 1988 e da LDB em 1996, acrescenta ainda, foi às transformações, processadas nos âmbitos do financiamento, do currículo, da gestão, da avaliação, da organização pedagógica, dos materiais didáticos, da presença dos instrumentos de comunicação na escola, que tornou discursiva hoje. Diante de todo contexto histórico abordado, acrescentares a legislação a respeito da Educação Especial, as lutas e conquistas traçado nas leis regente dessa educação.

### **3 ALGUNS ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

A abordagem deste segundo capítulo sobre a educação especial destaca alguns aspectos fundamentado no recorte de algumas leis que garantem a liberdade, a cidadania e o direito desses alunos com especialidades, refletindo as lutas e conquistas enfrentadas historicamente. A legislação reflete as conquistas por um pouco mais de espaço a essas crianças e jovens, que necessitam de uma educação especializada, com inclusão e dignidade.

São várias as legislações sobre a educação especial e podemos subdividi-las, por uma questão didática, em legislação nacional e internacional.

#### **3.1 Legislação nacional**

Temos diversas leis que regem a educação especial sendo elas internacional e nacional, leis essas que dão liberdade, direito aos indivíduos com necessidades especiais. Instituindo muitas das vezes a inclusão dessas pessoas na sociedade, em diversos aspectos como educacionais, sociais e culturais. Com específica a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015, p.1).

Portanto é previsto em lei o direito a inclusão a criança com deficiência, seja na escola, na rua, em qualquer espaço deve ser garantido os seus direitos, as conquistas em detrimento das leis é específica, mas ainda temos muito a conquistar em relação a direito do cidadão com necessidades especiais, em cumprimento as leis. Acrescenta ainda em seu “Art. 2 da Lei nº 13.146/2015 que é considerado pessoas com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial”, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Segundo Brasil (2000), a Lei Nº 10.098/2000 “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, com diversas definições que aprimoraram os direitos dos portadores de necessidades especiais. Cabendo a todas as entidades garantir essas acessibilidades, sendo um direito de todos, em especial esses deficientes, sejam elas urbanas ou rurais, dever dos municípios, estado garantirem.

Como destaca ainda a Lei Nº 13.146/15 o que cabe ao poder público assegurar a esses alunos:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. (BRASIL, 2015, p. 7).

Diante do contexto educacional, e direito dos alunos com especialidades temos alguns acontecimentos sobre a luta e conquista das leis em relação à educação. Como a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências, em seu Art.1º e Art.2º destaca que:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais-Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, p.1).

Consequente sabe-se que é direito dos alunos em qualquer escola seja ela pública ou privada ter como recurso didático Libras- Língua Brasileira de Sinais, onde é por uso desta que eles se comunicam e se expressão em qualquer meio em que vive, sua necessidade é voltada a essa Língua que é tida como destacada acima de natureza visual e motora, para pessoas surdas.

Ainda menciona no Art. 4º da mesma Lei acima referenciada, que o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente, ou seja, é como um dever de cada entidade federal, municipal ou estadual, garantir esse sistema educacional de qualidade respeitando os limites de cada aluno com especialidades, e que esses professores tenham formação para atuar nesse nível educacional.

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 sintetiza no seu Art 8º sobre o que deve prever e prover em uma escola regular, tratando assim sobre a sala comum e sala de recurso, como as mesmas devem ser organizadas, e seu atendimento e metodologias aplicados, as suas atribuições são:

Art. 8º As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I - Professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;

II - Distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade;

III - flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória;

IV - Serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante:

a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial;

b) atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis;

c) atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente;

d) disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.

V - Serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos. (BRASIL, 2001, p.2).

Desse modo as especificações do atendimento a sala de educação especial são rigorosas, no que diz respeito à parte física e pedagógica da mesma, a garantia do direito é perceptível diante do que foi abordado acima.

No Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Em seu capítulo I, das disposições gerais destaca em seu Art. 2º que

Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 1999, p.1).

Das Diretrizes é mencionada em seu Art. 6º no qual são diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

I - Estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência;

II - Adotar estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação desta Política; III - incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer;

IV - Viabilizar a participação da pessoa portadora de deficiência em todas as fases de implementação dessa Política, por intermédio de suas entidades representativas;

- V - Ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho; e
- VI - Garantir o efetivo atendimento das necessidades da pessoa portadora de deficiência, sem o cunho assistencialista. (BRASIL, 1999, p.3).

Tratar dos direitos de pessoas com necessidades especiais é diverso a colheita mediante as conquistas em rede pública e privada, leis essas concretizadas diretamente, sendo assim dentre as diretrizes para a consecução do objetivo da Lei nº 12.764/2012 estabelecidas no art. 2º, destacam-se aquelas que tratam da efetivação do direito à educação:

- I - A intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;
- II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;
- [...]
- V - O estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- VII – o incentivo à formação e à capacitação dos profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como pais e responsáveis. (BRASIL, 2012, p.2-3).

Essas diretrizes abordam os objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, como eles são apresentados é conforme as disposições, ou seja, o processo total desse segmento educacional que é a educação especial como onde especifica que a Transversalidade da educação especial é desde a educação infantil até a educação superior; com atendimento Educacional Especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissional da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários, equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas, Brasil (2012).

E segundo a Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, em seu Art. 3º o conceito e o que entendemos por *educação especial*, no qual a mesma é uma modalidade da educação escolar, entendida em processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Assim, ainda é reafirmada essa característica no recente Decreto Nº 3.298 DE 20 DE

DEZEMBRO DE 1999, ARTIGO 24, § 1º:

Entende-se como um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação. (BRASIL, 2001 apud MAZZOTTA, 1998).

É importante destacamos diante da Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial, nos apresentando quais os alunos que podem e devem participar da AEE, em seu Art. 4º Para fins destas Diretrizes, considera-se público-alvo do AEE:

Que são pelos incisos: I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno ES integrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009).

A caracterização do público atendido pela Educação Especial é norteadada por documentos, como foi destacada acima, sempre especificando suas habilidades/ superdotação que é uma das ênfases para esse atendimento especializado.

As Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica (2001, p. 57) reafirmam a importância do currículo na base educacional comum, no qual o mesmo conforme determinam os “Artigos 26,27 e 32 da LDBEN, a ser suplementada ou complementada por uma parte diversificada, exigida, inclusive, pelas características dos alunos”, assim como a avaliação que devem ser funcionais, buscando sempre meios úteis e práticos para favorecer o desenvolvimento das competências sociais, o acesso ao conhecimento, à cultura e às formas de trabalho valorizadas pela comunidade e a inclusão do aluno na sociedade.

Ainda segundo Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica (2001, p.54) “A educação especial requer atenção individual nas atividades da vida autônoma e social, bem como ajuda e apoios intensos e contínuos e flexibilizações e adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não tenha conseguido prover, pode efetivar-se em escolas especiais”. Portanto, destaca ainda a importância de rever esse atendimento, sempre que necessário assim como o currículo como vem sendo estruturado, para esse seguimento, e se todos esses métodos mencionados estão sendo complementados por serviços das áreas de saúde,

trabalho e assistência social.

### 3.2 Internacional

Em sequência apresentaremos algumas delas como também uma das mais importantes que é a declaração de Salamanca de 1994, lei essa que deu sentido a toda luta e conquista da educação especial inclusiva, traçado uma busca por melhoria na qualidade dessa educação das crianças e jovens com necessidades especiais que necessitam e fazem parte desse conjunto de aprimoramento que é a educação inclusiva, em busca de respeito e cidadania, e principalmente seus direitos.

Assim, sendo um dos fundamentos legais a Declaração de Salamanca (1994) foi fundamental para a Educação Inclusiva. Nessa legislação, a educação inclusiva é discutida com diversos olhares e perspectivas educacionais, que referenciam a realidade de muitos alunos para que sejam incluídos nas escolas, com todo apoio educacional, sem distinção e que os mesmos possam estudar nas escolas de ensino regular com total adequação e apoio de toda instituição para que desenvolvam seu ensino na idade certa. Rogalski (2010) confirma que,

A educação especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes e a educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996. (ROGALSKI, 2010, p.3).

A legislação internacional é marcada com princípio pela Declaração de Salamanca tratando de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

De acordo com Declaração de Salamanca (1994), é importante frisar que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem [sic] uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimora a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (SALAMANCA, 1994, p.1).

Desta forma, sabemos o quando esse nível educacional é traçado de lutas e conquista com o princípio de direito, de liberdade, de acessibilidade para essas crianças, adulta e jovem com necessidades especiais.

Além da convenção de Salamanca temos a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), assim exemplifica essa Declaração, tratando sobre a Educação Inclusiva segundo Brasil (2004)

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual reconhece que "Todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos...(Art. 1º.), ...sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação" (Art. 2º). (BRASIL, 2004).

Portanto, essa declaração tem forte influência no proceder dos direitos humanos, na qual a educação inclusiva caminha diante dessa nomeação. Desta forma acrescenta ainda que “de maneira geral, esta Declaração assegura às pessoas com deficiência os mesmos direitos à liberdade, a uma vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e à livre participação na vida da comunidade”. (BRASIL, 2004). Diante da expressão é perceptível a total competência e qualidade em relação a essa lei ao tratar sobre pessoas com necessidades especiais, ou seja, pessoas com deficiência seus direitos são validos e para seu desenvolvimento pleno em sociedade.

Faz-se necessário destacar também sobre a Declaração de Jomtien (1990), na qual segundo Brasil (2004) menciona que foi

Em março de 1990, que o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, na qual foi proclamada a Declaração de Jomtien. Nesta Declaração, os países lembram que "a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro". (BRASIL, 2004).

Desse modo, a legislação internacional é uma das fortes conquistas mediante os direitos dessas pessoas portadoras de deficiência. É através das mesmas que as leis tomam sentido e complemento na sua totalidade, no tratado das lutas por direitos, e a presença das conquistas destas legislações.

### **3.3 Legislação Sobre o AEE**

Não podemos deixar de destacar também a Resolução N° 4, de 2 de outubro de 2009, que trata sobre o AEE, como o mesmo deve ser realizado, alguns aspectos importantes:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em

articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento. (BRASIL, 2009, p.2).

Pensar a educação especial é importante e fundamental, acima de tudo entender como se dar cada espaço, e suas atribuições com isso ficam evidentes no decorrer das resoluções abordadas, a preocupação que temos ao tratar desse assunto Educação Especial, o cuidado, as prioridades, e dentre outros aspectos, já mencionado acima. Diante dos profissionais que pode atuar no AEE e sobre sua formação destacamos que essa formação se dá mediante o previsto pela Resolução CNE /CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, no artigo 18, § 1º, que expressa que,

1º São considerados professores capacitados [...] aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, que foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequado ao desenvolvimento de competências e valores para [...] perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva. [...].3º Os professores especializados em educação especial deverão comprovar formação em cursos de licenciatura em Educação Especial ou em uma área específica. [...] ou complementação de estudos de pós-graduação em área específica da educação especial. (BRASIL, 2001).

Portanto, fica evidenciada a importância da formação profissional de cada atuante da sala do AEE, considerando sempre o público participante da mesma. Contudo mediante os estudos verificaremos adiante especificamente a importância dessa sala para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos especiais, com análises de alguns dados que totalizam a ênfase da pesquisa.

Segundo o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Sintetiza em seu Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - Garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - Aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- IV - Garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V - Oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;
- II - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e
- VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. (BRASIL, 2011, p. 1).

Acrescentam ainda no Art.2º do Decreto nº 7.611/2011 que a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. É importante esse apoio em todos os âmbitos educacionais, onde assim as barreiras, os desafios sejam por vezes reavaliados e reestruturados, solucionando-os, para melhorias, visto que a educação de forma geral tem seus impasses, que uma vez o outro precisam de todo corpo docente para que sejam reafirmados. Assim destacam as necessidades que tal nível educacional requer.

§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

- I - Complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou
- II - Suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2011, p. 1).

O atendimento em escola comum necessita de sala de recursos no qual tornam mais prático o conjunto pedagógico em relação ao trabalho do professor da sala comum, com o professor da sala de recurso com descreve o conceito da sala de recurso o § 3º do Decreto nº 7.611/2011, as salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado. Já no § 4º menciona o que é tido, distribuído, utilizado na sala de recurso, sendo a produção e a distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem incluem materiais didáticos e paradidáticos em *Braille*, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, *laptops* com sintetizador de voz, *softwares* para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo.

É mediante todo processo histórico, legislação e estudos sobre a temática que iremos apresentar no próximo capítulo em prática através de um estudo de caso se essas leis estão sendo cumpridas, rever como vem sendo esse atendimento na sala de recurso com alunos com necessidades especiais/educacionais.

## **4 ESTUDOS DE CASOS NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ANTÔNIO FARIAS**

O presente capítulo analisa a importância da sala de recursos para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, os que frequentam a sala de recurso (Multifuncional), da referida escola de Tocantinópolis-Tocantins. Será apresentado ainda todo o processo da coleta dos dados, sobre a pesquisa de campo, quem foram os participantes da pesquisa, desde todo processo metodológico, aqui serão especificados e analisados. No decorrer das análises foram usadas fontes teóricas, para assim distinguir o objetivo traçado na pesquisa.

### **4.1 Aspectos Metodológicos**

Para dar conta desse estudo realizou-se uma pesquisa de campo na Escola Municipal professor Antônio Farias, escola localizada no município de Tocantinópolis-To, pública, que atende crianças nos Anos iniciais do Ensino Fundamental, portanto, analisando assim a importância da sala de recursos para incluir os alunos com necessidades especiais. Para realização da pesquisa foi utilizada a metodologia diante de dois aspectos: Bibliográfico e estudo de caso, usados os instrumentos: observação da sala de aula, aplicação de questionário com o professor da sala de recurso, e análise do plano de aula e análise documental dos alunos atendidos pela sala de recursos.

A pesquisa teve etapas distintas aprimorando a amplitude do estudo, como estes: Pesquisa bibliográfica, sobre o histórico e a legislação que tratavam sobre a educação especial, sala de recurso, assim como teóricos que discutem a temática, como também abordam conceitos, variantes em artigos, revistas, leis, livros e, etc. E pesquisa de campo tendo como unidade a Escola Municipal Professor Antônio Farias, com os métodos de pesquisas citados acima. O questionário aplicado e análises documentais foram realizados com total sigilo.

Faz-se importante mencionar que a escola tem uma sala de recurso, e que os alunos que frequentam, alguns tem laudos médicos e outros não, e apenas são encaminhados pelos professores da sala regular (comum). O questionário aplicado ao professor teve como foco analisar sua formação, quanto tempo de atuação na educação especial, e diversas outras indagações, a análise dos planos e observação da sala de aula, é para análise comparativa do desempenho dos alunos, para assim responder nosso objetivo. E para finalizar foi realizada uma análise dos dados coletados em confluência com os referenciais estudados. Após todo estudo e

análise dos dados os resultados foram organizados e disponibilizados a seguir.

## **4.2 Lócus da pesquisa**

A pesquisa foi realizada em uma escola pública do município de Tocantinópolis-Tocantins, Escola: Escola Municipal Professor Antônio Farias. Escola Municipal Professor Antônio Farias, fica localizado na Rua Equador, s/n, no bairro Vila Matilde, na cidade de Tocantinópolis- TO. A gestora é Marinalva Alves de Oliveira, a coordenadora pedagógica é Maria Odeth Lima Bonfim. O nível de ensino atendido na referida escola é o Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano. Com os horários de funcionamento: Matutino: das 7h15min às 11h40min, Vespertino: das 13h às 17h 25min.

Segundo o projeto político pedagógico da instituição a mesma foi criada sob a Lei de nº 588 de 21 de novembro de 1994, que oficializa a denominação de Escolas Municipais. Sendo construída na gestão do Prefeito José Bonifácio Gomes de Sousa. O aniversário da instituição é comemorado no dia 21 de novembro, de acordo com a referida Lei. Recebeu a denominação Professor Antonio Farias em homenagem a notável figura de um professor do mesmo nome, por haver prestado um trabalho comunitário incansável em nossa cidade. Foi ele um cidadão atuante em vários segmentos da comunidade, como: Igrejas, hospitais, ajuda aos necessitados, se tornando assim uma figura de destaque em Tocantinópolis.

A escola funciona da seguinte forma: Com cinco salas de aula, uma sala Multifuncional, todas climatizadas. Sendo cinco turmas no período Matutino e cinco no período vespertino. Um banheiro masculino, um banheiro feminino, dois banheiros para funcionários, secretaria e direção, salas dos professores, cantina, depósito da merenda escolar e depósito de material de limpeza e ainda conta com um pátio coberto acessível para atividades pedagógicas com os alunos, reuniões e formações, dentre outros. A escola tem um total de vinte e quatro funcionários, dentre estes vinte efetivos e quatro contratos: 01 diretora, 01 coordenadora, 01 assistente administrativo, 01 auxiliar para aluno deficiente em sala de aula, 10 professores da sala regular, 01 professor da Sala de Recurso, 01 professor para as aulas de reforço escolar, 03 merendeiras, 04 auxiliar de serviços gerais, 01 vigia. Os professores onde até 2008, 2009 trabalhavam com diários manuais, hoje já utilizam o diário eletrônico para registro dos conteúdos, avaliações, etc.

Pode-se constatar que o marco filosófico da escola é destacado o Art.205 Brasil (1998), sintetizando que buscam trabalhar a cidadania como direitos de todos, sendo assim mencionando que é imprescindível destacar a importância da inclusão das pessoas com

deficiência, no ensino regular, visto que, a Constituição Federal em seu art. 205, “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Além disso, a Constituição deixa claro, que um dos princípios do ensino será “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Portanto, essa realidade não fica distante do público em que a escola atende.

Assim sendo, o projeto já evidencia a preocupação e a questão da inclusão, assim complementa que este documento também deixa claro que o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Neste contexto a Escola vem desenvolvendo um trabalho voltado a esta inclusão, atendendo os alunos com deficiência nas salas regulares e com atendimento educacional especializado na sala de Recurso Multifuncional.

No aspecto sobre Educação Especial traçado no Projeto político pedagógico da escola menciona que eles oferecem as condições da estrutura física adaptando as necessidades dos alunos, citando que a escola conta com uma sala de recurso para atender alunos com deficiências e dificuldades de aprendizagem, destacando também que contam com alguns materiais pedagógicos adequados e equipamentos de acordo com as dificuldades dos alunos, e que os professores são capacitados para exercer a função de professor para Educação Especial, pois os mesmos recebem formações específicas, participam de seminários, além de estudos oferecidos com frequência pela Coordenadora Geral da Secretaria Municipal de Educação, oferecendo também suporte técnico pedagógico.

A escola acrescenta ainda que voltado ao compromisso de educar esteja aliado à responsabilidade do estudante, da família e dos profissionais que o acompanham ao compartilhamento de informações e recursos que beneficiam o desenvolvimento do estudante e ao fornecimento de um diagnóstico formal a respeito da deficiência e/ou síndrome que apresenta, ou seja, que toda finalidade educacional é realizada em conjunto para melhor atender os alunos, aprimorando assim a aprendizagem dos mesmos.

#### 4.1.1 Sujeitos envolvidos na pesquisa

Os sujeitos envolvidos foram: 1 professor, 21 alunos atendidos na sala de recursos, no turno matutino e vespertino. Em seguida apresentamos a tabela com dados dos alunos da referida escola.

#### 4.2.2 Perfil e caracterização do professor

*O professor tinha o seguinte perfil:* Professor do sexo masculino, faixa etária entre 40 a 51 anos, de cor parda, tem 14 anos de magistério, formado em Pedagogia, tem um ano de atuação na educação especial, não tem nenhuma especialização na área da educação especial inclusiva, tem apenas o curso de qualificação profissional em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) básica com 160 horas, e acrescenta que tem mais de cem horas de participação em seminários de educação especial.

#### 4.2.3 Dados/ laudos dos alunos atendidos na sala de recursos

Os alunos foram: da sala de recursos do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, o ano de cada aluno que frequenta a sala é variado, vai do 1º ano até o 5º ano.

**Quadro 1: Perfil dos alunos atendidos na sala de Recursos Funcionais.**

Alunos	Deficiência	Data de nascimento	Idade	Sexo	Ano	Turno	Possui laudo
1	Distrofia muscular progressiva e intelectual	30/10/2008	10 anos	Masculino	3º “B”	Vespertino	Sim
2	Paralisia cerebral triplégica	Não especificado	9 anos	Masculino	2º “A”	Matutino	Sim
3	Deficiência física mão direita e intelectual	08/12/2007	11 anos	Masculino	5º “B”	Vespertino	Não
4	Dislexia	11/12/2007	11 anos	Feminino	5º “A”	Matutino	Sim
5	Intelectual	24/10/2007	11 anos	Feminino	5º “A”	Matutino	Não
6	Intelectual	18/12/2009	9 anos	Masculino	3º “B”	Vespertino	Não
7	Intelectual	15/04/2008	10 anos	Masculino	3º “A”	Matutino	Sim
8	Intelectual	20/04/2008	10 anos	Masculino	4º “A”	Matutino	Não
9	Intelectual	Não especificado	Não especificado	Masculino	Não especificado	Vespertino	Não especificado
10	Intelectual	Não especificado	Não especificado	Feminino	2º “A”	Vespertino	Não
11	Intelectual	Não especificado	Não especificado	Masculino	Não especificado	Vespertino	Não especificado
12	Intelectual	Não especificado	Não especificado	Masculino	Não especificado	Matutino	Não especificado

13	Intelectual	Não especificado	Não especificado	Masculino	Não especificado	Matutino	Não especificado
14	Intelectual	Não especificado	Não especificado	Masculino	Não especificado	Matutino	Não especificado
15	Intelectual	Não especificado	Não especificado	Masculino	Não especificado	Matutino	Não especificado
16	Intelectual	Não especificado	Não especificado	Masculino	1° “B”	Matutino	Não
17	Intelectual	Não especificado	Não especificado	Feminino	2° “B”	Matutino	Não
18	Intelectual	Não especificado	Não especificado	Feminino	4° “B”	Matutino	Não
19	Intelectual	Não especificado	Não especificado	Feminino	4° “A”	Vespertino	Não
20	Intelectual	Não especificado	Não especificado	Feminino	4° “B”	Matutino	Não
21	Intelectual	Não especificado	Não especificado	Feminino	3° “B”	Matutino	Não especificado

**Fonte:** Acervo pessoal da pesquisadora. Elaborado pela proponente do estudo a partir das fichas de matrículas dos alunos.

Mediante análises dos dados percebemos que temos quatro alunos com laudos médicos/psicológico os demais não têm laudos, é encaminhada a sala de recurso mediante o seu desenvolvimento e acompanhamento do (a) professor (a) da sala regular (comum). A idade dos alunos varia entre 9 anos a 11 anos, e como ficou evidenciado muitos dados não foram especificados pela escola. Do número de alunos que frequentam a sala de recursos a maioria apresenta especialidade intelectual, as demais deficiências o número é menor, comparando.

Portanto, eles frequentam a sala em turno contrário ao das aulas regulares, o tempo de atendimento por aluno é de 2h. Como já foi mencionado acima, uns vão no período matutino e outros no vespertino. Percebemos também a distorção de idade referente aos vinculados. Vale ressaltar que o semestre é finalizado com 18 alunos atendidos com necessidades especiais. Esses 21 constatados na tabela referem-se a matrícula no início do ano de 2018, sendo assim três alunos não finalizaram o ano na referida escola, não foi apresentado o motivo dos mesmos não estarem presente nas aulas.

### 4.3 Análise dos Dados da Pesquisa

O questionário foi realizado com o professor da sala de recurso da Escola Municipal Professor Antonio Farias. A entrevista foi dividida em dois momentos para totalidade dos dados: o primeiro foi a identificação e caracterização dos sujeitos da pesquisa, sendo este o

professor, contendo das questões de 1 a 3; o segundo momento contemplou as questões de 4 a 6 tratando dos aspectos pedagógicos, no qual o professor fala sobre a importância da sala de recursos, como estão sendo organizados os atendimentos na referida sala, e as sugestões que o mesmo apresenta para melhorar o espaço físico e pedagógico para seus alunos.

**Na primeira questão** foi perguntado ao professor quanto tempo ele estava no magistério

Segundo o professor:

*14 anos.*

O que pode ser visto é que tal professor tem um grande período de atuação.

**Na segunda questão** foi perguntado ao professor quanto tempo ele está na Educação Especial

Segundo o professor:

*1 ano.*

Em relação ao período anterior é bem menor, é visível que o mesmo começou a lecionar esse ano, na sala de recurso, ainda com uma bagagem pequena, de acordo ao público atendido.

**Na terceira questão** foi perguntado ao professor se ele tem alguma especialização na área

Segundo o professor:

*Não tenho especialização na área de Educação Especial, fiz o curso de qualificação profissional em língua brasileira de sinais libras básicas com 160 horas, tenho mais de cem horas de participação em seminários de educação especial.*

Ficou a desejar uma formação mais aprofundada para atuação na Educação especial, visto que o curso destacado pelo mesmo é curso realizado pela educação do município, assim como as cargas horárias mencionadas em seminário, isso qualifica sim tal profissional, pois quanto mais especialização e cursos, só temos a contribuir com o desenvolvimento dos alunos e sua aprendizagem, assim como também para a vida profissional do professor. Como salienta Paulon (2005, p. 9) que “A formação dos profissionais da educação é tarefa, sem dúvida, essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar”. Portanto a legislação que trata da formação do professor da educação especial é a Resolução CNE/CEB nº 2, que é de 11 de dezembro de 2001.

**Na quarta questão** foi perguntada ao professor qual a importância da sala de recurso

Segundo o professor:

*Proporcionar condições e liberdade para o aluno com deficiência, realizar o seu aprendizado, dentro do quadro de recursos que é disponível ao mesmo tornando-se pessoas capazes de produzir conhecimento e experiência.*

De acordo com os estudos e teóricos essa liberdade citada pelo professor, podemos relacionar com o seu direito de ir e vim a qualquer espaço sempre respeitando sua deficiência e dificuldades, seu momento e tempo de aprendizagem, considerando que os alunos que desenvolve qualquer distúrbio, dislexia, intelectual o seu tempo de aprendizagem é diferente dos demais alunos da sala regular, assim como a forma de aprender, portanto é nesse aspecto que entendemos quando o professor fala em liberdade, de acordo com o que é disponibilizado nas salas para o seu desenvolvimento.

**Na quinta questão** foi perguntado ao professor de que forma os grupos estão organizados para receber o atendimento

Segundo o professor:

*Através de agendamento que é organizado pelo o professor, sendo que os alunos são atendidos duas vezes por semana com a duração de duas horas para cada atendimento.*

O tempo de atendimento acreditou que é muito pouco em relação às dificuldades e deficiências que os alunos apresentam, visto que uma sala com quatro alunos com necessidades especiais diferentes e planos diferentes, é necessária mais de um professor ou pelo menos um monitor de aula. Pois as atividades são diferentes para cada aluno, devido suas especialidades não ser as mesmas, requer um acompanhamento individual, se tratando de alunos especiais, logo seu atendimento deve ser dobrado a atenção e tempo, para desenvolvê-lo de sua aprendizagem.

**Na sexta questão** foi perguntado ao professor quais as sugestões que ele daria para melhorar o espaço físico e pedagógico da sala de recurso

Segundo o professor:

*Construção de uma sala com espaço mais amplo, compra de mais materiais pedagógicos voltados para realização de um trabalho com alunos com necessidades especiais.*

Como se percebe que o professor relata a falta de recursos pedagógicos para melhor atender os alunos com necessidades especiais, assim como uma sala de aula maior, visto que a sala é que atende os alunos é pequena, e o espaço para realizar as atividades ficar estrito em relação ao espaço. Diante de todo acervo teórico, destacado ao longo da pesquisa, sobre o histórico da Educação Especial que foi traçado de lutas e conquistas, podemos frisar que fica evidente que ainda temos muito a conquistar em relação a esse segmento educacional, que é a Educação Especial, ainda tem muitas falhas, e falta de estrutura para incluir esses alunos no meio social, cultural e escolar, devido à falta de recursos pedagógicos para sua inclusão.

#### 4.4 Análises das Atividades Realizadas na Sala de Recursos Multifuncionais

Mediante a observação da sala de recurso, a sala apresenta uma ornamentação com alguns materiais pedagógicos, como, números, alfabeto, as vogais, cantinho da leitura, cantinho da matemática. A sala é climatizada, contendo armário e uma mesa com materiais pedagógicos, um quadro para colocar as atividades desenvolvidas tem um computador, quatro mesas e quatro cadeiras pra os alunos, e uma mesa e uma cadeira para o professor. O atendimento é de quatro alunos a cada duas horas das 13hr:00min as 15h:00min, quatro alunos. E das 15h: 00min as 17h: 00min outros quatro alunos.

**Figura 1: Materiais confeccionados pelos professores da escola, para a realização das atividades na sala de recurso (Vogais).**



**Fonte:** Acervo pessoal da pesquisadora.

**Figura 2: Materiais confeccionados pelos professores da escola, para a realização das atividades na sala de recurso (Letras de A até o J).**



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

**Figura 3: Materiais confeccionados pelos professores da escola, para a realização das atividades na sala de recursos.**



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

**Figura 4: Materiais confeccionados pelos professores da escola, para a realização das atividades na sala de recurso (Numerais, e libra).**



**Fonte:** Acervo pessoal da pesquisadora.

As atividades as quais foram expostas acima estão voltadas ao ensino e aprendizagem para crianças, surdas e vale ressaltar que dos laudos disponibilizados pela secretária da escola, não tem nenhum aluno, mudo e surdo. Mas a escola dispõe desse material, trabalhando as letras, os sons, gestos para que os alunos desenvolvam sua capacidade de comunicação, aprender os números, a contar, as cores, a formar sílabas e dentre outros aspectos. A aprendizagem faz se significativa diante desse contexto, de alunos com necessidade intelectual, com uso de atividades onde o aluno possa fazer relação do objeto ou animal com as letras, as sílabas para a formação do seu nome, ou seja, atingindo o nível simples de atividade, de acordo a sua zona de desenvolvimento, e diante de sua aprendizagem podem ir fortalecendo e aumentando o nível de desenvolvimento.

Diante das dificuldades que as escolas enfrentam, junto com os alunos com necessidades especiais, os mesmos ainda procuram meio para melhor atendê-los, e fica expressa o envolvimento do corpo docente, para com o compromisso em lidar com esses alunos, sempre buscando meio para desenvolver a aprendizagem de cada aluno, como a imagem especifica isso, onde a mesma proporciona ao aluno mudo aprender a se comunicar de uma forma simples através de sons e gestos que nossa boca e todo o corpo desenvolvem atividade essa cheia de

expectativas e aprendizado, e simples diante da realidade educacional que temos hoje, como foi exemplificado acima, que esses materiais são feitos com a ajuda dos próprios alunos, na busca de materiais recicláveis, então percebemos o compromisso e interesse em aprender dos alunos, mediante suas dificuldades, nada torna impossível para eles, e sim buscam força para desenvolver-se conforme as dificuldades encontradas. Esse tipo de atitude é importante como menciona Batista (2006, p.15)

A prática escolar inclusiva provoca necessariamente a cooperação entre todos os alunos e o reconhecimento de que ensinar uma turma é, na verdade, trabalhar com um grande grupo e com todas as possibilidades de se subdividi-lo. Dessa forma, nas subdivisões de uma turma, os alunos com deficiência mental podem aderir a qualquer grupo de colegas, sem formar um grupo à parte, constituído apenas de alunos com deficiência e/ou problemas na aprendizagem.

Escola que caminha em conjunto realiza tudo em harmonia e compromisso, só tem a crescer diante do seu principal objetivo, que é atingir suas metas educacionais, superando os limites e a aprendizagem dos alunos sendo adquirida. Conforme as avaliações e novos objetivos traçados para melhor atender os alunos. Como justifica Paulon (2005, p. 9) o que todos sabem:

[...] que um professor sozinho pouco pode fazer diante da complexidade de questões que seus alunos colocam em jogo. Por este motivo, a constituição de uma equipe interdisciplinar, que permita pensar o trabalho educativo desde os diversos campos do conhecimento, é fundamental para compor uma prática inclusiva junto ao professor.

Portanto, diante da observação em sala de aula: O professor iniciou a aula fazendo a correção da atividade da aula anterior, atividade essa de formação de palavras, os alunos do dia da observação tinham dificuldades de aprendizagem, as especialidades eram alguns intelectuais, e outro com deficiência física. Dando continuidade depois da correção da atividade, o professor realiza outra atividade de recorte e colagem, usando recorte de livros, figuras de animais e frutas para que assim os alunos colocassem os nomes de cada objeto, no segundo momento que foi com os outros quatro alunos, o professor desenvolveu uma atividade com palavras que tinha S ou Ç.

Vale ressaltar que a maioria dos materiais pedagógicos utilizados na sala de recurso é confeccionada pelos professores da instituição, com uso de materiais recicláveis como garrafas pets, tampinhas de garrafa, caixa de papelão, e outros. E tudo em conjunto os alunos ajudando na coleta dos materiais, para serem feitos na escola. Portanto ficou evidente que a escola não tem muito material disponibilizado pelo município para trabalhar com os alunos com tais especialidades a exemplos para receber alunos, com baixa visão, cegos ou mudos e com surdez. Visto que esses necessitam de recursos mais específicos para sua deficiência, portanto a inclusão ainda deve ser revista diante desses aspectos pautados. E os materiais que ainda tem são guardados no armário na sala de aula, e não são utilizados com frequência. É importante

frisar que o plano de aula é feito individual pelo professor para cada aluno, plano esse mensal.

Dessa forma fica a reflexão diante do que foi destacado por Batista (2006, p. 14) que “Ao invés de adaptar e individualizar/diferenciar o ensino para alguns, a escola comum precisa recriar suas práticas, mudar suas concepções, rever seu papel, sempre reconhecendo e valorizando as diferenças”. E diante do que foi analisado e observado na referida aula, as atividades foram feitas para os quatro alunos, mesmo ali tendo um aluno com deficiência na mão direita e intelectual, e os demais intelectuais, foi reestruturado apenas a sua dificuldade de aprendizagem, não elevou a questão da sua deficiência física, pois no momento em que utiliza atividade de recorte, estamos excluindo o aluno, ou até dificultando seu desenvolvimento e aprendizado, considerando que o mesmo não iria conseguir manusear uma tesoura como os demais alunos, nesse momento são percebíveis a falta de uma atividade (plano) direcionada a sua especialidade, atendendo suas dificuldades. Os planos são feitos individuais, mas na aplicação do mesmo não acontece como deveria, de acordo com a observação, dos planos e da aula. Como afirmar e conceitua Batista (2006, p.13) quando fala o que é deficiência mental, e aborda demais contribuições a respeito desse atendimento.

O aluno com deficiência mental tem dificuldade de construir conhecimento como os demais e de demonstrar a sua capacidade cognitiva, principalmente nas escolas que mantêm um modelo conservador de atuação e uma gestão autoritária e centralizadora. Essas escolas apenas acentuam a deficiência e, em consequência, aumentam a inibição, reforçam os sintomas existentes e agravam as dificuldades do aluno com deficiência mental. (BATISTA, 2006, p.13).

Dessa forma, é viável que se busca outras metodologias respeitando a dificuldade do aluno, diante do pressuposto analisado, tais atividades não estão apropriadas ao nível que o aluno se encontra, e sua especialidade, as atividades ficavam mais especifica a crianças com nenhuma especialidade, e direcionada a crianças que estão aprendendo a formar palavras, e identificar letras e diferenciar os seus sons, diante do que foi observada na presente atividade relatada acima.

Compreende-se, portanto, que a escola, a sala de recurso tem total importância na vida e no desenvolvimento da criança, respeitando sempre seus limites, e especialidades, para que assim seu progresso seja maior na escola, o atendimento educacional especial deve ser direcionado ao sucesso escolar, e pessoal de cada criança, que de uma forma ou outra apresenta uma especialidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ocorrida na sala de aula multifuncional da Escola do Município de Tocantinópolis nos permitiu analisar a importância da sala de recurso para incluir os alunos com necessidades especiais, dessa forma ficou evidente que a sala multifuncional é extremamente importante para os alunos da Educação Especial, estudos foram evidenciado através da coleta dos dados com a aplicação do questionário, análises dos planos de aulas dos alunos que compõe a sala de recurso, assim como também a observação da aula, e análise documental sempre considerando que os alunos frequentavam as aulas em turno oposto ao das aulas regulares. Essas aulas são divididas durante a semana com horários marcados pela instituição.

A prática pedagógica do professor para com seus alunos com necessidades especiais necessita de uma nova estruturação, contudo percebemos que o professor não utiliza atividades para o desenvolvimento e aprendizagem do aluno respeitando sua especialidade, os planos estão voltados com atividades não especifica as dificuldades dos alunos, visto que cada aluno tem seu laudo, e era conforme o mesmo que se devem realizar atividades para aprimorar suas dificuldades.

Vale ressaltar que a Educação Especial como visto acima tem um marco histórico abrangente em mudanças e conquistas. Portanto, essa conquista tem o direito em espaços físicos e pedagógicos, em que ainda ficam a desejar conforme percebemos na realização do estudo, como exemplo, foi visualizado que a escola não tem estrutura física apropriada para atender esses alunos deficientes, e os materiais pedagógicos são confeccionados pelos próprios alunos e professores para que assim ocorram às aulas, ficando a desejar materiais como os tecnológicos voltados as suas especialidades, exemplo a tabletes em alto relevo, com sons para alunos surdos e mudos, e dentre outros recursos.

As escolas ainda hoje buscam por melhoria no seu ensino com propostas pedagógicas traçadas em sonhos e perspectivas de uma aprendizagem significativa, mesmo sem recursos, procura fazer com materiais recicláveis, essa foi um dos principais projetos que o professor realiza juntamente com os alunos, para que as aulas não parem.

Através das análises documentais percebe-se também a importância do laudo médico/psicológico realizados com os alunos, para que não fiquem apenas com indagações e suposições, as confirmações são o mais viável e contribuem exclusivamente para o professor na realização das suas atividades. Assim foi justificado a média de idade dos alunos que

frequentam a sala de recursos varia entre 9 anos a 11 anos, e uma das mais frequentes especialidades é a intelectual representada por laudo.

Ficou evidente durante a pesquisa que é muito pouco tempo para realização das atividades na sala de recursos, pois, deve-se considerar o grau de dificuldades dos alunos visto que são alunos especiais, no entanto, o tempo de realização de uma atividade é muito diferente de um aluno da sala regular. Sua atenção é dobrada e principalmente estão em busca de um conhecimento, e desenvolvimento sempre acreditando no seu professor, portanto, devem desenvolver outras propostas pedagógicas e mudança no horário de atendimento.

Por tudo isso, enfatiza-se que a Educação Especial é fundamental na vida de cada criança e vai além da especialidade de cada aluno. É uma busca constante de lutas e mudanças nesse segmento educacional. A aprendizagem dos alunos devem ser um dos principais objetivos e seu desenvolvimento pleno tanto na sala de aula como nos demais espaços da escola. Considerar sua escolarização, e sem diferença de aluno para aluno, mas respeitar sempre seus limites de aprendizagem e desenvolvimento, os cuidados devem fazer parte deste fazer educativos para com esses alunos.

## REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Tornar a Escola Inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada? In: FÁVERO, O. et al. (Orgs.). **Tornar a Escola Inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009. Cap. 1, p. 11-23. Disponível em: <[Http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184683por.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184683por.pdf)>. Acesso em: 23 junho 2018.

ANJOS, Meire Aparecida Mendes dos; SILVA, Luciana de Araújo Mendes. **Breve resumo do itinerário histórico da educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. S/d.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva**: Garantindo o acesso e permanência de todos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos/ Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial, 2005.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Educação inclusiva**: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. [2. ed.]. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BEYER, H. O. Integração e Inclusão Escolar: reflexões em torno da experiência Alemã. **Revista Brasileira de Educação Especial**: Marília, jul./dez. 2002. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/20993/000411351.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação/Secadi. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SECADI, S/d.

\_\_\_\_\_. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. DECRETO No 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm). Acesso em: 16 set.2018.

\_\_\_\_\_. Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm). Acesso em: 18 set.2018.

\_\_\_\_\_  
Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. MEC; SEESP, 2001, 79 p.

\_\_\_\_\_  
Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. MEC, Brasília-DF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 20 set.2018.

\_\_\_\_\_  
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 20 set.2018.

\_\_\_\_\_  
Educação inclusiva: a fundamentação filosófica. Coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 28 p.

\_\_\_\_\_  
Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudosde-apoio/publicacoes/educacao/marcos-politico-legais.pdf>>. Acesso em: 18 julho 2018.

\_\_\_\_\_  
Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011\\_2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011_2014/2011/Decreto/D7611.htm). Acesso em: 16 set.2018.

\_\_\_\_\_  
Nota técnica nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE. Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012. MEC, Brasília-DF, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&Itemid=30192). Acesso em: 10 set.2018.

\_\_\_\_\_  
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão do BRASIL. Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 20 set.2018.

BATALHA, D. V. **Um breve passeio pela política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva brasileira**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, IX, 2009, Curitiba: III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009. p. 1065-1077. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/1915\\_1032.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/1915_1032.pdf)>. Acesso em: 10 abril 2018.

CARVALHO, Rosita Elder. **O Direito de Ter Direito**. In: Salto para o futuro. Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEEP, 1999.

CAMPOS, S. M. G.; MARTINS, R. M. L. Educação Especial: aspectos históricos e evolução conceptual. **Revista do ISPV**, Viseu, n. 34, p. 223-331, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millennium/Millennium34/17.pdf>>. Acesso em: 16 junho 2018.

CORNÉLIO, M.; SILVA, M. M. **Inclusão Escolar: realidade ou utopia?** In: II SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO UNISALESIANO, 28-31 de Outubro de 2009, Lins. p. 1-12. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/PO17408053808.pdf> Acesso 10 agosto 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

DECHICHI, C. et al. **Alguns aspectos históricos no atendimento a pessoa com deficiência**. Apresentação - Curso de Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado. 2009. Disponível em: <<http://www.ead.ufu.br/file.php>>. Acesso em: 22 maio 2018.

DOTA, F. P.; ALVES, D. M. Educação Especial no Brasil: uma análise histórica. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, Garça, ano V, n. 8, maio 2007. Disponível em: <<http://www.revista.inf.br/psicologia08/pages/resenhas/edic08-anovrevisao03.pdf>>. Acesso em: 09 julho 2018.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. **Educação: Direito de Todos os Brasileiros**. In: Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

GOMES, Adriana Leite Lima; POULIN, Jean- Robert e FIGUEIREDO, Rita Vieira. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual**. Brasília, 2010.

KASSAR, Monica de Carvalho Guimarães. **Deficiência Múltipla e educação no Brasil. Discurso e Silêncio na história dos sujeitos**. Campinas. Autores Associados, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia**

**científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil- História e políticas públicas**. São Paulo, Editora Cortez, 1996.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MIRANDA, A. A. B. **História, Deficiência e Educação Especial**. Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática do Professor de Alunos com Deficiência Mental, UNIMEP, 2003. Disponível em: <<http://livrosdamara.pbworks.com/f/historiadeeficiencia.pdf>>. Acesso em: 05 julho 2018.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre políticas públicas no Brasil, In: MANTOAN, Maria Teresa Églér e PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

RIBEIRO, Maria Luiza Sprovieri. Perspectiva da escola inclusiva: algumas reflexões In: RIBEIRO, LuisaSprovieri e BAUMEL, Roseli Cecilia Rocha de Carvalho. **Do querer ao fazer**: perspectiva da escola inclusiva: algumas reflexões. São Paulo:Avercamp, 2003.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da Educação Especial. **Revista de Educação do Ideau**, Vol.5- n.12, julho-dezembro. 2010.

ROPOLI, Edilene Aparecid; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos e MACHADO, Rosângela. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar A Escola Comum Inclusiva**. Brasília, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. [Adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais]. Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Genebra, UNESCO 1994.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SANCHES, I.; TEODORO, A. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 8, n. 8, p. 63- 83, jul. 2006. Disponível

em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/691>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

SILVA, S. Educação Especial: entre a técnica pedagógica e a política educacional. In: SILVA, S.; VIZIM, M. (Orgs.). **Educação Especial**: múltiplas leituras e diferentes significados. 2. reimpr. Campinas: Mercado de Letras, 2001. Cap. 8, p. 179-191.

STAINBACK, Suzan e Willian Satainback. **Inclusão: Um Guia para Educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

**Projeto Político pedagógico da Escola Municipal Professor Antônio Farias**. Tocantinópolis, 2018.

PAULON, Simone Mainieri. **Documento subsidiário à política de inclusão** / Simone MainieriPaulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48 p.

## **APÉNDICE**

## QUESTIONÁRIO

### Questionário aplicado ao professor da Sala de Recursos Multifuncionais

#### Identificação e Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa

A) Nome:(Facultativo)\_\_\_\_\_Sexo: M ( ) F ( )

B) Cor ou raça:

a) Parda ( ) b) Branca ( ) c) Preto ( ) d) Indígena ( ) e). Amarela. Outro/a\_\_\_\_\_

C) Faixa etária: \_\_\_\_\_

a) Entre 19 e 26;b) entre 27 e 33;c) entre 34 e 41; d) entre 42 e 49; e) acima de 50

D) Formação:\_\_\_\_\_Pública ( ) Privada ( )

E) Pós Graduação\_\_\_\_\_Pública ( ) Privada ( )

#### ROTEIRO

##### Sobre a sala de recurso:

1) Quanto tempo ele estava no magistério?

---

---

---

2) Quanto tempo você está na Educação Especial?

---

---

---

3) Você tem alguma especialização na área?

---

---

---

4) Qual a importância da sala de recurso?

---

---

---

---

---



## **ANEXO**



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINOPOLIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

## **PLANO MENSAL DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

**PROFESSOR:( A)**

**(Outubro) de 2018**

### **PLANO DE AULA DO PROFESSOR**

**DEFICIÊNCIA: Física e intelectual**

**Identificação:**

**Aluno: 3**

**Perfil psicopedagógico):**

O aluno cursa o 5º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal Professor Antônio Farias a aluno é frequente no atendimento na sala de recursos o mesmo se comunica verbalmente com o professor e com os colegas das salas de AEE demonstrando interesse na aula. O aluno apresenta deficiência intelectual, o mesmo tem uma deficiência física nos dedos da mão direita, por este motivo ele tem dificuldade de manusear o lápis na hora de escrever ele gosta de contar casos de sua família e história que o mesmo viu na televisão.

**Objetivos do plano:**

- ✓ Construir com o conhecimento de conceitos matemáticos;
- ✓ Incentivar o aluno na evolução alfabética;
- ✓ Reconhecer e escrever os números de um a dez;
- ✓ Levar o aluno a ter gosto pela leitura.

**Período de atendimento:** março a dezembro

**Frequências:** 02 vezes na semana

**Tempo de atendimento:** 02 horas por dia

**Composição do atendimento:( x ) coletivo**

**Outros:**

### **Atividades a serem desenvolvidas no atendimento ao aluno:**

#### **Expressão oral**

- ✓ Vídeos dos números de um a dez e de soletrando;
- ✓ Roda de conversas sobre o conteúdo em estudo;
- ✓ Atividade com o alfabeto móvel;
- ✓ Jogo da memória com imagens e palavras;
- ✓ Atividade que envolva os números de um a dez.

#### **Expressão escrita**

- ✓ Atividades de caça-palavras;
- ✓ Reescrita do nome com uso do alfabeto móvel;
- ✓ Recorte e colagem de sílabas simples;
- ✓ Reescrita de sílabas acompanhado de imagens.

#### **Matemática**

- ✓ Atividade de soma de objetos;
- ✓ Meio e Metade;
- ✓ Atividades de registrar quantidades;
- ✓ Dobro.

#### **Matérias a serem produzidos para ao aluno:**

- ✓ Alfabeto;
- ✓ Caixas dos números;
- ✓ Alfabeto móvel;
- ✓ Atividades de completar com os números;
- ✓ Cartaz com imagens;
- ✓ Atividade impressa,

#### **Lista de matérias que necessita de adequações para atender as necessidades do aluno:**

O aluno necessita de apoio no manuseio do mouse nas atividades no computador em virtude de uma deficiência física na mão direita.

#### **Lista de materiais e equipamentos que necessitam ser adquiridos ou que já existem na sala de recursos ou Unidade Escolar:**

- ✓ Computador;
- ✓ Dado numérico;

- ✓ Atividades impressas;
- ✓ Alfabeto móvel.
- ✓ Mouse

**Tipos de parcerias necessários para aprimoramento do atendimento e da produção de manterias:**

- ✓ Coordenadora da Educação inclusiva;
- ✓ Equipe gestora da unidade escolar;
- ✓ Pais e professora do Ensino Regular.

**Profissionais da escola que receberão orientação do professor de AEE sobem serviços e recursos oferecidos ao aluno:**

- ✓ ( x ) professor da sala de aula;
- ✓ ( x ) colegas de turmas;
- ✓ ( x ) diretor da escola;
- ✓ ( x ) equipe pedagógica.

**Descrição da avaliação do plano de AEE e a articulação com o ensino regular.**

A avaliação será realizada continuamente, sendo observado o desenvolvimento do aluno nas atividades realizadas em sala de aula e os avanços nas habilidades individuais.

**Família**

A presença da mãe do aluno é frequente na unidade escolar, o que contribui para a realização de conversas entre o professor e a mãe do aluno, mesmo assim é necessário realizar visitas domiciliares para a socialização com os outros membros da família, a fim de buscar informações sobre o desenvolvimento e o convívio familiar do aluno.